



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Letras – IL  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP  
Curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua 2º semestre de 2013

Karine Dourado Silva

**PIBID x ESTÁGIO OBRIGATÓRIO:  
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA-AÇÃO**

Monografia em Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (licenciatura)

Brasília – DF  
2013



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Letras – IL  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP  
Curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua 2º semestre de 2013

Karine Dourado Silva

**PIBID x ESTÁGIO OBRIGATÓRIO:  
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA-AÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciatura em Letras.

Orientadora: professora doutora Orlene Lúcia de Saboia Carvalho

Brasília – DF  
2013

Após participar durante dois anos de um projeto de iniciação à docência e ter cumprido o um ano de estágio obrigatório exigido pela grade curricular do curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua da Universidade de Brasília (UnB), apresento este trabalho acadêmico, cujo objetivo é apresentar duas ações, uma em forma de disciplina (Estágio Obrigatório) e outra em forma de projeto (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid), fundamentais para formação complementar dos licenciandos do referido curso. Para isso, o trabalho foi dividido em cinco partes, sendo que (i) as três primeiras apresentam o programa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Pibid; (ii) a quarta parte apresenta a disciplina curricular Estágio Supervisionado; (iii) e, a quinta parte, apresenta a *pesquisa-ação* e sua importância para o ensino. Nas considerações finais, algumas reflexões sobre como tornar o processo de formação dos profissionais da educação um contínuo e sobre como o Estágio Obrigatório pode passar a ter um caráter de *pesquisa-ação*. Sob a orientação da professora Orlene Lúcia de Saboia Carvalho, este trabalho tem como base a discussão de ações que acreditam e promovem uma educação emancipadora

**Palavras-chave:** Pibid. Estágio. Pesquisa-ação. Licenciatura.

# Sumário

---

<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>1 O Pibid .....</b>	<b>4</b>
1.1 Pibid – Letras - UnB .....	6
1.2 As escolas .....	7
1.3 As primeiras expectativas.....	8
<b>2 A concepção do Projeto IPÊ: C. Ed. 06 de Taguatinga .....</b>	<b>10</b>
2.1 Transição 2011 para 2012 .....	11
2.2 Avaliação parcial do Projeto IPÊ .....	11
<b>3 Os primeiros passos do Projeto IPÊ: Cemab .....</b>	<b>13</b>
3.1 A escolha do método .....	16
3.2 Resultados e reflexos do Pibid .....	17
<b>4 Estágio Supervisionado .....</b>	<b>18</b>
4.1 A teoria e a prática .....	19
4.2 Relato pessoal: a minha experiência .....	21
<b>5 A pesquisa-ação.....</b>	<b>21</b>
5.1 Pibid x Estágio supervisionado obrigatório: a diferença é a “pesquisa-ação”.....	23
<b>Considerações finais .....</b>	<b>26</b>
<b>Referências bibliográficas citadas e consultadas .....</b>	<b>27</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>28</b>

## Introdução

A formação docente vem sendo motivo de intensas discussões no país e vão se ampliando por diferentes motivos, dentre eles pode-se destacar a necessidade de continuidade da pesquisa e especialmente a preocupação em promover uma teoria associada à prática.

A questão da qualidade da formação de professor está vinculada a dois aspectos: o ensinar e o pesquisar, que nem sempre são bem enfatizados na estrutura curricular de um curso de Licenciatura. Enquanto no bacharelado se pensa na formação do futuro pesquisador ou do técnico, na licenciatura se pensa na formação do futuro professor, sem articular ensino e pesquisa. Há, ainda, uma desintegração entre a Licenciatura e a realidade onde o licenciando irá atuar, uma vez que há pouca integração entre as *instituições* formadoras, os *sistemas* que os formam e as *redes* que os absorvem. Tudo isso reflete claramente a desarticulação entre formação e realidade, entre teoria e prática.

Tratando-se do curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua, o distanciamento entre formação e realidade, teoria e prática é nítido. E, na tentativa de minimizar esse distanciamento, o currículo oferta a disciplina de Estágio Supervisionado para que, neste momento, o aluno possa aplicar todo o conhecimento aprendido nos anos de graduação. Todavia, a reação é geral aos cursos de licenciatura: esse primeiro contato não tem sido bom, prova disso é o alto número de recém-formados professores prestando concursos para áreas afins e/ou desempenhando funções não ligadas à docência.

Em razão dessa fragmentação e da necessidade de se reavaliar e propor medidas que, não só melhorem a qualidade dos profissionais e, conseqüentemente, da educação, mas que, também, aproximem a esfera da educação superior a da educação básica, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior se preocupou em criar um programa que visa uma formação aliada à prática e a pesquisa desde os semestres iniciais da graduação.

## 1 O Pibid<sup>1</sup>

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Publicado no Diário Oficial da União<sup>2</sup>, o Decreto Nº 7.219, de 24 de junho de 2010 apresenta o Pibid como sendo um programa que procura fomentar a ida de estudantes de licenciatura, a partir do segundo semestre do curso de graduação, para as escolas públicas<sup>3</sup>, onde eles participam de ações ligadas ao cotidiano

---

<sup>1</sup> Anexo 1

<sup>2</sup> Nº 120, sexta-feira, 25 de junho de 2010 — anexo 2

<sup>3</sup> Ressalta-se que os coordenadores do Pibid-Letras/UnB sugeriram que os mesmos projetos do programa fossem desenvolvidos, posteriormente, na rede particular de ensino, com o objetivo de que os *pibidianos* possam vivenciar as duas realidades de práticas pedagógicas bem distintas.

educacional das unidades de ensino. As atividades são coordenadas por um educador da universidade e supervisionadas por outro educador da escola. Todos os envolvidos recebem uma bolsa que varia conforme a função exercida, salvas as exceções de graduandos voluntários ou coordenadores voluntários.

O Art. 3º do referido decreto lista os objetivos do Pibid, a saber:

I — incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II — contribuir para a valorização do magistério;

III — elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV — inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V — incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

VI — contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Para que as Instituições de Ensino Superior (doravante IES) públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, possam participar do Pibid é necessário que cumpram os requisitos exigidos pela Capes. Os principais são: (i) a instituição de Ensino Superior precisa ter sede e administração no país; (ii) possuir curso de licenciatura autorizado e em funcionamento; e, para as IES privadas com fins lucrativos, (iii) o curso de licenciatura envolvido no projeto deve ter alunos regularmente matriculados e ativos no Programa Universidade para Todos (Prouni). Cumprindo essas exigências, as IES podem, assim, enviar suas propostas de projeto para a Capes, uma proposta de cada área por campus da instituição, solicitando, no mínimo, cinco bolsistas de iniciação científica. A quantidade de supervisores e de coordenadores de área dependerá da quantidade de bolsistas de iniciação à docência.

### *1.1 Pibid – Letras – UnB*

O Instituto de Letras da Universidade de Brasília lançou seu primeiro edital do Pibid no primeiro semestre de 2011-2013<sup>4</sup>. O Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) é o seu responsável principal, nas pessoas dos seguintes professores:

- ✓ Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva (coordenador)  
kleberunicamp@yahoo.com.br
- ✓ Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes (vice-coordenador)  
dionei98@gmail.com
- ✓ Profa. Dra. Ana Adelina Lopo Ramos (colaboradora)  
anadeli@gmail.com
- ✓ Profa. Dra. Ormezinda Maria Ribeiro (colaboradora)  
aya.ribeiro@yahoo.com.br

E, com o intuito de formar a primeira turma de bolsistas do curso de Letras da UnB para esse projeto de iniciação à docência, foram ofertadas 10 bolsas de estudo durante 2 anos, assim distribuídas:

- ✓ 4 bolsas para Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua;
- ✓ 3 bolsas para Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (diurno);
- ✓ 3 bolsas para Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (noturno).

Alguns critérios foram elencados para que os alunos interessados pudessem ser avaliados e, assim, classificados. A primeira etapa da seleção dos bolsistas exigia que: (i) o aluno estivesse cursando entre o 2º e o 6º semestre; (ii) Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) acima de 3,5; (iii) análise de histórico escolar; (iv) análise do currículo lattes (preencher no site do CNPq); (v) análise da carta de intenção; (vi) a proponente não pode ter bolsa paga pela CAPES/CNPq; (vii) ter disponibilidade mínima de 20h semanais; (viii) ter disponibilidade de atuação em turnos contrários aos seus turnos de aula. Somado a esse momento, a segunda etapa previa para os classificados na primeira fase uma entrevista com a banca composta pelos dois coordenadores e pelas duas colaboradoras.

O Pibid-Letras da Universidade de Brasília (UnB)<sup>5</sup> teve, assim, sua primeira turma composta de: (i) um coordenador oficial, um vice-coordenador não oficial e duas colaboradoras, responsáveis pela coordenação do programa; (ii) duas professoras efetivas da rede pública de ensino, responsáveis pela supervisão das atividades desenvolvidas no âmbito do programa; e (iii) 13 graduandos — 10 amparados, desde o início do programa, pela bolsa de fomento financiada pela Capes, 2 que passaram a receber o incentivo a partir do 2º

---

<sup>4</sup> Anexo 3

<sup>5</sup> Neste documento, o uso de “Pibid-Letras/UnB” e de “Pibid-Letras” faz referência ao Pibid que congrega estudantes das habilitações em Língua portuguesa e respectiva literatura e em Português do Brasil como segunda língua, do curso de Letras da Universidade de Brasília.

semestre do programa e 1 graduando voluntário<sup>6</sup>. Com essa composição, o programa apresentou potencial para atuar em duas instituições públicas da educação básica no Distrito Federal, que serão apresentadas a seguir. Antes, deve-se destacar que a determinação dos grupos que atuariam em cada instituição buscou atender aos interesses dos pibidianos e, ao surgir alguma incongruência entre a vontade do bolsista e a disponibilidade de vagas, foi usada como critério a classificação obtida no processo seletivo do Pibid.

## 1.2 *As escolas*

O Centro Educacional 02 do Cruzeiro, representado pela professora supervisora Cláudia Verde, é uma escola direcionada ao ensino médio nos turnos matutino e vespertino — momentos em que também ocorrem as coordenações de professores — e à educação de jovens e adultos no período noturno, oferecendo desde a alfabetização até o terceiro segmento. Visto que, embora alguns alunos residam no Cruzeiro, muitos assistem na Estrutural, para estes o governo disponibiliza transporte gratuito. Há, também, atendimento ao discente estrangeiro, embora este não seja o público predominante da instituição. Quanto ao aspecto inclusivo, há considerável número de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) matriculados na escola. A instituição conta com a participação e contribuição de Pibids de outras disciplinas, como biologia (Biologia Animada) e química (Química na Horta), e, também, com iniciativas como o projeto “Picasso não pichava”, que disponibiliza aulas de grafia aos alunos. O interesse central da instituição é a aprovação no vestibular da UnB, resgatando a danificada ponte entre a educação básica e o ensino superior quando inseridos na categoria administrativa pública. O grupo direcionado ao C. E. 02 do Cruzeiro contou com a atuação de seis bolsistas: Andreia Livia, Camila Varela, Dâmaris Bacon, Kátia, Natália, Tarciana Barbosa.

O Centro Educacional 06 de Taguatinga, representado pela professora supervisora Rosilania Oliveira, é uma escola inclusiva, comprometendo-se com a educação de alunos de baixa visão, surdos e autistas. A instituição oferece atividade nos três turnos, sendo o matutino destinado centralmente ao ensino médio e os turnos vespertino e noturno reservados primariamente para a educação de jovens e adultos. Apesar de as aulas de português serem oferecidas a todos, os surdos recebem tratamento e metodologia diferenciados, pois o português do Brasil é considerado como sua segunda língua. A escola abriga um projeto da Unesco, comprometido com o fornecimento de informações sobre sexualidade e drogas para os alunos do ensino médio. A ida de comitivas da Angola à instituição para prestigiar e, possivelmente, adotar medidas semelhantes evidencia os positivos resultados alcançados por

---

<sup>6</sup> No Pibid-Letras, os alunos de graduação são vinculados e assegurados pela Capes, dois recebem bolsas através do Decanato de Graduação (DEG); Além disso, no programa constam quatro alunos de graduação voluntários.



meio do projeto. O interesse central da instituição é explorar as potencialidades de cada aluno, visando a apoiá-lo em seus desafios. O grupo direcionado ao C. Ed. 06 de Taguatinga contou com a atuação de sete bolsistas: Daniela Emerich, Dayana Gomes, Hugo Perpetuo, Karine Dourado, Milena Fernandes, Priscila Nayade, Raíssa Melo.

### 1.3 *As primeiras expectativas*

De acordo com o vice-coordenador do Pibid-Letras, professor Dionei Moreira Gomes, nas palavras que usou para apresentar o programa a seus pioneiros integrantes, o programa corresponde a um resgate do Programa de Educação Tutorial (PET) de Letras na UnB, finalizado no ano de 1995 após duração de apenas um ano. O PET, criado e implantado em 1979 pela Capes, é um programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. O PET visa à formação integral dos estudantes, propiciando-lhes uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos do referido programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do aluno, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução — em grupo e sob tutoria — de um programa diversificado de atividades acadêmicas. Após duas décadas sob a coordenação da Capes, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC<sup>7</sup> e, desde então, sua estruturação e coordenação são responsabilidades das universidades às quais se vincula. Na UnB, a gestão do PET é realizada pelo Comitê Local de Acompanhamento (CLA) e pela Coordenadoria de Monitoria, Intercâmbio e PET (CMIP), da Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA). Juntos, têm buscado integrar os grupos e dar maior visibilidade institucional ao programa.

Não se distancia muito dessa opinião o coordenador do Pibid-Letras, professor Kleber Aparecido da Silva, que afirmou ter o programa grande potencial não só para apresentar ao graduando um possível campo para sua atuação futura como também para envolvê-lo no universo da pesquisa científico-acadêmica. A partir disso, o professor aponta que é interessante que os alunos tenham experiência com um projeto de iniciação a docência para que, logo mais, partam para um projeto de iniciação à pesquisa, recomendando a conseguinte integração do graduando ao Programa de Iniciação Científica (ProIC).

As supervisoras do Pibid, professora Cláudia Verde e professora Rosilania Oliveira, no mesmo encontro em que o programa foi apresentado a todos, mostraram-se motivadas diante da proposta, enxergando-a como uma oportunidade de refletir a respeito de sua própria prática docente, visto que se deparam com confrontos e desafios com tamanha frequência, que se afastam da autocrítica analítica, não questionando — com a frequência desejada — se o

---

<sup>7</sup> De acordo com o estabelecido na Lei nº 11.180/2005, e regulamentado na Portaria MEC 976 de 27 de julho de 2010 — anexo 4.

que estão fazendo dentro de sala está certo ou errado. Classificaram o momento como sendo de superação, uma oportunidade de repensar em suas ações acadêmicas e rever metodologias. A partir das palavras da professora Cláudia, “É um fôlego novo”.

Ainda nesse encontro para a apresentação do projeto, os bolsistas — ou pibidianos, como serão apresentados, neste documento, os agentes centrais do programa —, citaram pontos que lhes despertaram interesse no programa, tais como: incentivo à pesquisa sobre a formação de professores e a prática docente; elaboração de material didático e análise de gêneros textuais; participação e apresentação em eventos científicos; construção de redes de interação, possibilitando-se a troca de experiências; reflexão sobre a prática pedagógica, levando-se em consideração a realidade da sala de aula; identificação de problemas e busca por plausíveis soluções.

Não por acaso, os objetivos basilares do Pibid muito se assemelham aos interesses compartilhados pelos pibidianos. O programa visa, centralmente, a: antecipar a prática docente de alunos em formação inicial de Letras, possibilitando a atuação de estudantes a partir do 2º semestre de formação acadêmica; iniciar os estudantes na pesquisa científico-acadêmica, com destaque para investigações sobre a formação de professores e a prática docente; desenvolver estratégias de seleção e elaboração de materiais e livros didáticos; contribuir para a reforma curricular das licenciaturas do curso de Letras da UnB, anunciada desde 2001; valorizar os cursos de licenciatura em Letras, garantindo-lhe visibilidade na comunidade acadêmica; cooperar para a diminuição da evasão de graduandos dos cursos de Letras; promover e incentivar a produção e a publicação de artigos científicos em livros e revistas, assim como a participação e a apresentação em eventos científicos.

O Pibid corresponde a um amplo projeto, dando abertura para o surgimento consequente de possíveis subprojetos, tanto com relação à verticalização científica individual de cada pibidiano, quanto com relação à institucionalização do Pibid-Letras.

## **2. A concepção do Projeto IPÊ<sup>8</sup>: C. Ed. 06 de Taguatinga**

O C. Ed. 06 de Taguatinga foi selecionado por representar uma instituição de ensino inclusivo, que oferece atendimento à pessoas com necessidades especiais, inclusive alunos surdos. E foi, também, motivado pela estrutura da escola que o projeto recebeu o nome de IPÊ. A denominação Projeto IPÊ surgiu do cruzamento de “Projeto de Incentivo às Práticas de Leitura de Escrita” com uma crônica escrita pela professora Rosilania Oliveira, (supervisora

---

<sup>8</sup> Neste documento, poderão ser usadas as expressões “Projeto IPÊ” e “PROIPÊ”, enquanto o termo “Ipês” (com inicial maiúscula) refere-se aos *pibidianos* do subgrupo referente ao Projeto IPÊ.

do Pibid-Letras/UnB), inspirada na florada do ipê amarelo que se encontra no canteiro central do C. Ed. 06 de Taguatinga e que é visto como símbolo da instituição.

Esse ipê floresce nos anos ímpares e, quando isso acontece, há um encantamento generalizado na comunidade escolar, gerando produções textuais espontâneas de diversos gêneros. Nessa florada, todos param para contemplar e registrar sua beleza, o que caracteriza um período, embora, infelizmente, curto — duração de apenas nove dias —, muito bucólico e inspirador, compartilhado também por amigos e familiares de toda a comunidade escolar.

O Projeto IPÊ apresentou grande diferencial ainda em sua elaboração, observando-se que os bolsistas-pesquisadores não compreenderam a escola onde seria desenvolvido o projeto apenas como campo de sua aplicação, mas como fonte e origem de suas estruturas, como fornecedora de matéria-prima para a construção dos pilares do Projeto IPÊ<sup>9</sup>, que foi, então, baseado nas necessidades e nos potenciais da própria instituição em que nasceu. Em termos populares, poder-se-ia dizer que o Projeto IPÊ fora feito “sob medida” para o C. Ed. 06 de Taguatinga.

O Pibid-Letras, desde a sua formulação, prima pela qualidade, e seus coordenadores têm um compromisso e uma preocupação notória pela formação inicial e continuada de professores. Os bons resultados refletem todo esse esforço e preocupação.

Em contrapartida, em decorrência do caráter reflexivo do processo de elaboração do projeto, sua natureza inovadora custou aos pibidianos e ao seu público tempo que poderia ter sido melhor empregado em atividades efetivamente práticas em benefício da escola que abrigou o projeto, do próprio programa de pesquisa (Pibid) e dos seus respectivos protagonistas.

A construção do projeto se deu, na maior parte do tempo, em torno de debates e discussões orais entre os pibidianos e a professora supervisora, tendo, por vezes, a participação de outros atores, entre professores e coordenadores da escola e do projeto. Esse método promoveu um valioso diálogo colaborativo e cooperativo entre estas duas instituições de ensino: C. Ed. 06 de Taguatinga e UnB, valorizando, principalmente, o conhecimento adquirido pelos bolsistas em sua graduação e a experiência adquirida pelos profissionais da escola, habituados com o contato com diversos públicos.

## *2.1 Transição 2011 para 2012*

A transição de 2011 para 2012 foi um momento de avaliação parcial do caminho que o Pibid-Letras/UnB havia traçado até então (o projeto completava seu primeiro semestre de

---

<sup>9</sup> Anexo 5.

atuação), seguida do planejamento para as atividades seguintes. Fez-se, por isso, a (re)construção dos relatórios parciais, em formato sintético, contendo os objetivos do subprojeto, atividades desenvolvidas, resultados alcançados, dificuldades encontradas e outros aspectos relevantes. Nesse momento, deveriam ser levadas em conta, também, as necessidades materiais dos subprojetos, como computador, máquina digital, microfone, canetas, filmadoras, resmas de papel. O intuito era especificar modelo, custo e detalhes, informações acompanhadas de dois orçamentos, para que se pudesse dar entrada no requerimento diante da esfera institucional do Pibid. O momento incluiu, também, um período de recesso (dezembro de 2011), tendo sido previsto o retorno das atividades para o mês seguinte (janeiro de 2012).

## 2.2 *Avaliação parcial do Projeto IPÊ*

No primeiro semestre de atuação no PROIPÊ, que correu no C. Ed. 06 de Taguatinga, os pibidianos enfrentaram um dos maiores desafios do docente que se compromete com a rede pública de ensino: a carência de recursos materiais e financeiros para a execução de suas atividades. No caso do Pibid, além de os bolsistas ministrarem aulas, se envolveram em pesquisas, leituras, registro das atividades desenvolvidas etc., o que exigia um suporte tecnológico mínimo para registro e armazenamento dessas informações. Faltaram notebooks, câmeras fotográficas e filmadora. Além disso, percebeu-se a carência, também, de recursos humanos, no sentido de alguém que se responsabilizasse pelo registro das atividades. Todos os Ipês reconhecem a importância do registro das atividades por meio de relatórios, atas, fotografias, filmagens e internet etc., mas, por não haver um bolsista responsável diretamente por essa função, o registro formal das atividades ficou prejudicado. Os Ipês focaram muito no planejamento e execução das atividades.

Além disso, a comunicação interna antes, durante e depois das atividades deixou a desejar, em decorrência de falta de estratégia e organização. Percebeu-se uma necessidade de se padronizarem determinadas coisas, materiais ou ideológicas. Os pibidianos do Cruzeiro conseguiram sistematizar essa parte adequadamente.

Em decorrência do receio de compartilhar métodos e abordagens com as correntes excessivamente tradicionalistas e superficiais, muitas vezes, abre-se mão de recursos essenciais para o direcionamento e aprimoramento de projetos. Entre eles, a rigidez de planejamento e avaliação é, muitas vezes, negligenciada.

Todavia, é imprescindível que sejam estabelecidas metas e prazos a serem cumpridos. Dessa forma, foi estabelecido que relatórios, assim como planejamentos prévios, devem ser exigidos semanalmente, como foi sugerido pelo prof. Dionei na Reunião Extraordinária do dia 16 de fevereiro de 2012.

Para maior integração do Pibid-Letras/UnB em sua formação completa inicial, também se percebeu necessário fazer mais eficientes o diálogo e a cooperação e colaboração entre os subgrupos de Taguatinga e do Cruzeiro, maximizando, então, a troca de informações e material de apoio entre ambos. Para isso, apontou-se válido que fossem realizadas quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com a disponibilidade dos bolsistas, supervisores e coordenadores, reuniões que promovessem o contato direto de um grupo com o trabalho desenvolvido pelo outro, visando ao progresso do programa como unidade e não à segregação de ideias, projeções e objetivos.

Visando também ao melhor preparo, segurança e autoconfiança dos bolsistas, atuou como motivação a ideia de se trabalhar com oficinas direcionadas aos pibidianos, ministradas pelos próprios coordenadores do projeto ou por terceiros. Fez-se evidente o potencial de funcionarem como instrumento de motivação, incentivo e aproximação entre os membros do Pibid-Letras/UnB.

Também foi destacada a possibilidade de os Ipês produzirem seu próprio material de apoio, quaisquer que sejam, pois, assim como o Projeto IPÊ, seriam feitos sob as medidas das necessidades e dos potenciais da instituição e do projeto. Sintetizando, associando-se a experiência dos Ipês ao que fora discutido na Reunião Extraordinária de 16 de fevereiro de 2012, pontuaram-se as seguintes propostas para as atividades do Pibid-Letras/UnB em 2012: (i) estabelecimento de metas e prazo; (ii) exigência de planejamentos prévios e relatórios das atividades a serem realizadas com prazo determinado; (iii) reserva de tempo e espaço para que se realizem as trocas entre os subgrupos do Pibid-Letras/UnB quinzenalmente ou mensalmente; (iv) oferta de oficinas direcionadas aos pibidianos que potencializem o seu preparo e o seu progresso; (v) elaboração de material de apoio próprio.

### **3 Os primeiros passos do Projeto IPÊ: Cemab**

A transferência da professora supervisora do Pibid-Letras/UnB para o Centro de Ensino Médio Ave Branca (Cemab) levou à mudança do lócus de pesquisa do Projeto IPÊ para essa instituição, no início de 2012 e permaneceu na instituição até julho de 2013.

O Cemab foi inaugurado oficialmente como instituição educacional da rede pública em 5 de junho de 1961, sob o nome “Ginásio de Taguatinga” e, cinco anos depois, aproximou-se de sua atual denominação e passou a se chamar Centro de Ensino Ave Branca. Possui uma trajetória histórica marcada pelo envolvimento com a política, constando de seu histórico invasões da Polícia Militar (PM) à instituição durante a ditadura militar e manifestações mais recentes de seus estudantes na luta pelo passe-livre. A partir disso, pode-se dizer que a instituição exerceu importante papel na construção da democracia na capital do Brasil.

Em conjunto com o ensino médio regular, a escola oferece também Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos cegos e de baixa visão. Está instalado no colégio o polo de apoio e auxílio a deficientes visuais. Esses polos de apoio da rede pública do Distrito Federal são instâncias que atendem a diversas outras escolas da rede pública local e que possuem conhecimento e recursos específicos para atender determinada necessidade (física e/ou intelectual) de um público específico. O polo de AEE é responsável, entre outros: (1) pelo diálogo com a família do aluno, após identificado algum sinal indicador de deficiência visual; (2) pelo encaminhamento desse aluno com suspeita de deficiência visual à equipe médica para que seja realizado o diagnóstico, (3) pela adaptação de material para esses alunos; (4) por oferecer aos alunos dois encontros semanais com aulas de reforço para as disciplinas curriculares da instituição; (5) por ensinar aos alunos diagnosticados com deficiência visual a escrita Braille; (6) pela manutenção do diálogo com os pais/responsáveis dos alunos cegos e de baixa visão, por meio de encontros mensais que visam ao esclarecimento de dúvidas e à orientação que os profissionais responsáveis oferecem à família do aluno deficiente visual; (7) e pelo auxílio com a mobilidade do aluno nas dependências da escola. O atendimento especial foi ampliado com a criação do AEE – generalista, que atende alunos com outras especialidades.

O ensino médio, na modalidade regular, é oferecido no turno matutino, vespertino e noturno e, por sua vez, é responsável por grande parte do reconhecimento e destaque da instituição se comparada ao caráter fragmentado e insuficiente do sistema de educação nacional, observado que o Cemab atende à demanda da educação básica no que diz respeito ao incentivo à formação continuada, encaminhando notória quantidade de alunos ao ensino superior, muitas vezes universidades públicas.

O Cemab foi criteriosamente escolhido pela professora supervisora para atender ao interesse do programa pelo ensino de português para estrangeiros radicados no Brasil. Há uma comunidade significativa de chineses que moram e trabalham na região. A escola tem estrutura física e tecnológica para oferecer oficina de português para estrangeiros nos turnos matutino e vespertino.

Além disso, também chamou a atenção o fato de a escola oferecer educação integral e Ensino Médio Inovador (projeto de redação) nos dois turnos. Tanto a direção, quanto os professores conhecem e reconhecem a importância dos Pibids. A diretora da instituição foi supervisora do Pibid de Química. Tratava-se, portanto, de uma escola de ensino médio com potencial para viabilizar a execução do Projeto IPÊ (principalmente com ênfase na orientação vocacional).

O desafio do Pibid-Letras/UnB, então, foi levar para a instituição o Projeto IPÊ, que nasceu da necessidade de reestruturar a prática de leitura e produção textual e direcioná-la a um nível em que o aluno se identifique com sua língua materna e domine as suas diferentes variantes, reconhecendo graus e contextos de adequação. É notório que a dificuldade de compreensão, interpretação e produção de textos dos alunos tem sido fator determinante no seu desempenho nos exames institucionais e nacionais, em que se identificam lacunas disciplinares e interdisciplinares, não se limitando apenas às disciplinas de códigos e linguagens.

No período de 27 de fevereiro a 7 de março de 2012 foram realizadas atividades de apresentação dos Ipês ao Cemab, assim como da instituição aos pibidianos. Essas atividades compreenderam: (1) observação de aulas de português como primeira língua, (2) visita à Sala de Recursos de Deficientes Visuais, (3) participação nas coordenações específicas de Códigos e Linguagens e (4) participação nas coordenações gerais, incluindo apresentação do Pibid e do Projeto IPÊ para todos os professores da escola.

A partir da observação de aulas de português como primeira língua, pode-se dizer que a maioria dos professores não só está distante de abandonar as crenças a respeito da figura centralizada do professor e da língua, como as dissemina veementemente em suas aulas, em suas atividades propostas, em sua postura e em sua abordagem. Contudo, há ainda professores realmente comprometidos com a educação e dispostos a se (trans)formar continuamente. Além disso, iniciativas do MEC, ainda que inicialmente superficiais e ineficientes, já trazem para os professores, mesmo que de maneira imposta, alguma reflexão acerca de sua prática e, no caso do ensino-aprendizagem de língua portuguesa do Brasil, acerca também de sua língua.

Quanto à visita à Sala de Recursos de Deficientes Visuais (SRDV) — segmento responsável pelo apoio e acompanhamento dos alunos cegos ou com baixa visão, que realiza um trabalho itinerante de apoio ao deficiente visual com algumas escolas da rede pública de Brasília —, percebeu-se que, apesar de a instituição estar à frente das demais no que diz respeito à disponibilidade de recursos, a professora responsável pelo setor afirma que uma das maiores dificuldades encontradas ainda é a relação com os outros profissionais da escola. Afirma que os professores não entendem que a SRDV é responsável apenas pela adaptação de material e pelo acompanhamento pedagógico daquele aluno e que a avaliação deve continuar sendo feita pelos professores efetivos de sala de aula. Portanto, esses professores também devem fazer uma adaptação didática e pedagógica do trabalho que desenvolve dentro de sala e de seus instrumentos de avaliação para aquele aluno. Como dificuldade, também foi apontada

a falta de conscientização por parte de alguns professores, que possuem dificuldade em colaborar com a itinerância e não fornecem o seu material para que seja adaptado.

Com relação à participação dos pibidianos e dos coordenadores na coordenação geral do Cemab, fez-se evidente o interesse demonstrado pelos próprios professores em se iniciar com o Projeto IPÊ um trabalho não só “inter”, como multidisciplinar, com o fim de integrar o projeto à base da instituição. As atividades propostas, portanto, estavam sempre vinculadas à realidade dos alunos dentro e fora de sala, em que o “dentro” representa a relação estabelecida com os demais professores e as demais disciplinas, compartilhando recursos e materiais didáticos; e o “fora”, a busca de se estabelecer um vínculo com o contexto socioeconômico e cultural dos alunos envolvidos.

A coordenação específica de Códigos e Linguagens, por sua vez, garantiu o diálogo entre professores efetivos da instituição e professores pesquisadores acerca dos métodos de avaliação adotados pela escola. Os professores pesquisadores expuseram as propostas e métodos do Projeto IPÊ e a bolsista Milena expôs sucintamente o método RAR, desenvolvido pelos pibidianos. O projeto foi recebido com entusiasmo pelas professoras.

### *3.1 A escolha do método*

Como proposta inovadora de valorização e aproveitamento da bagagem pessoal e social de cada aluno como indivíduo, foi desenvolvido o Método RAR, cujos pilares são Reutilizar, Ampliar e Reciclar as experiências linguísticas que os próprios alunos e a comunidade escolar envolvida com as oficinas do Projeto IPÊ possuem. Esse método apresenta três objetivos principais: (1) promover a ruptura do paradigma presente no senso comum que posiciona a reciclagem sempre associada a objetos, concretos ou abstratos, descartados em decorrência de falta de uso e/ou utilidade: o lixo; (2) abandonar a crença de que o professor é a figura central do processo de ensino/aprendizagem e único detentor do saber; (3) perpetuar esse processo de ensino/aprendizagem, observando-se que o método RAR é um método de reciclagem que apresenta em sua última etapa o próprio processo de reciclagem e, portanto, consiste em: reutilizar, ampliar e reciclar = reutilizar, ampliar e reciclar = reutilizar, ampliar e reciclar...

O Projeto IPÊ, visando centralmente à prática efetiva de leitura e produção textual, se desenvolveu em torno de oficinas. Optou-se por tal método em decorrência do seu caráter criativo e interacional, destacando também que, por meio de oficinas, faz-se presente a figura dos orientadores-facilitadores (bolsistas-pesquisadores) à disposição dos alunos, sem, no entanto, assumir essa figura uma posição centralizadora, ou seja, desenvolveram-se posturas



ao mesmo tempo autônomas e colaborativas, a partir da participação ativa dos alunos, com a orientação e supervisão dos orientadores-facilitadores.

Destaca-se aqui a presença constante na elaboração e aplicação do Projeto IPÊ da valorização da individualidade, no que diz respeito ao caráter ímpar do indivíduo, e da estimulação à construção conjunta e colaborativa do conhecimento.

As oficinas aconteceram no turno contrário às aulas regulares dos alunos participantes, com aproximadamente três horas de duração. Sendo assim, foram ofertadas nos turnos matutino e vespertino, a fim de atender a todas as séries da escola. Para o 1º ano, as oficinas ocorrerão exclusivamente no período da manhã; para o 3º ano, exclusivamente, no período da tarde e, para o 2º ano, observando-se que, para essa série especificamente, há turmas tanto no período da manhã, quanto da tarde no ensino regular, haverá também duas turmas de oficina: uma no turno matutino e outra no vespertino, com o objetivo de garantir possibilidade de participação a todos os alunos da instituição. A partir disso, formaram-se quatro turmas de oficinas por semana, uma para cada série.

Com o fim de potencializar as habilidades e competências próprias de cada pibidiano e, também, de distribuir a carga de elaboração de material, acompanhamento e monitoração individual dos alunos e correção de produções, o grupo do Projeto IPÊ, contendo seis professores-pesquisadores, fora didaticamente dividido em três duplas, cada uma responsável por uma série e, conseqüentemente, por uma oficina semanal.

É válido destacar que o intercâmbio entre as duplas não só é permitido como é imprescindível, assim como a colaboração e cooperação entre os bolsistas responsáveis por cada oficina. Esse molde de oficina perdurou por um ano (todo o ano de 2012).

Já no primeiro semestre de 2013, o formato das oficinas passou por alterações: (i) agora, cada pibidiano teria uma turma específica; (ii) as aulas eram ministradas no mesmo local que as demais disciplinas da grade horária; (iii) a aula acontecia no turno regular e com a mesma duração das demais aulas (uma hora e vinte minutos de duração).

### 3.2 *Resultados e reflexos do Pibid*

Após um ano e meio de completa imersão no cotidiano escolar, atualmente, os pibidianos ainda desenvolvem o Pibid, porém não mais na escola. O momento agora é de registro e prestação de contas para com a Capes. Nesses registros procura-se detalhar os sucessos obtidos, as atividades desenvolvidas, as reflexões, os avanços e, principalmente, o caráter (trans)formador do Pibid para os seus agentes participantes

Tendo em vista um dos objetivos do Pibid de incentivar a participação e apresentação de trabalhos em eventos científico-acadêmicos, faz-se necessário destacar os trabalhos que foram desenvolvidos pelos pibidianos no âmbito do Pibid<sup>10</sup>:

- ✓ Mostra do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência a na Semana Universitária – UnB (Brasília, 2011);
- ✓ I Seminário e II Encontro Pibid/Unicamp (Campinas, 2012);
- ✓ IV Congresso Latino-Americano de Formação de Professores de Línguas – IV CLAFPL – UnB (Brasília, 2013)
- ✓ II Encontro Mundial sobre o Ensino de Português – II Emep (Fort Lauderdale, 2013)

Todos esses trabalhos apresentaram os frutos das reflexões sobre as práticas iniciais à docência. Os alunos puderam compartilhar com demais pesquisadores suas alegrias e frustrações a respeito do sistema educacional público do Distrito Federal.

#### **4 Estágio Supervisionado** <sup>11</sup>

No curso de Letras- Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), da Universidade de Brasília, as disciplinas Estágio 1 (observação) e Estágio 2 (regência) estão previstas para os dois últimos semestres da graduação, 9º e 10º respectivamente. Assim como nas demais licenciaturas, a atividade de estágio é regulamentada pela lei nº 11.788<sup>12</sup> e, antes de se iniciar as atividades, é obrigatória a formalização de documentos específicos, a saber:

- ✓ Termo de compromisso de estágio obrigatório;
- ✓ Plano de atividades<sup>13</sup>.

É obrigatório que o graduando de PBSL cumpra em cada um dos estágios 20 horas de regência de aula e, também, 10 horas de planejamento de tarefas, complementares à regência.

Por se tratar de uma habilitação que exige públicos específicos (surdos, indígenas e/ou estrangeiros), a ementa da disciplina do estágio<sup>14</sup> disponibiliza um momento para que os alunos, motivados por seus interesses profissionais e aptidões, escolham os locais para observação e regência. Apesar de ser um leque consideravelmente variado e contemplar as três frentes do curso, ainda há dificuldades para ingressar nos locais oferecidos. Uma das justificativas é a falta de preparo por parte dos alunos para ministrar aulas para alunos surdos, por exemplo. O currículo não oferta matérias enviadas nas reflexões sobre a educação inclusiva e, as matérias destinadas à temática, são concorridas por todos os demais alunos da

---

<sup>10</sup> Anexo 6.

<sup>11</sup> Anexo 7.

<sup>12</sup> De 25 de setembro de 2008 – Anexo 8.

<sup>13</sup> Anexo 9

<sup>14</sup> Anexo 10

universidade de modo igualitário. Do mesmo modo, as questões indígenas são colocadas num plano secundário, sendo comentadas apenas por dois ou três professores do curso.

O Estágio supervisionado é uma exigência da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 nos cursos de formação de docentes. Segundo Oliveira e Cunha (2006), o Estágio Supervisionado é uma atividade que propicia ao aluno adquirir a experiência profissional que é relativamente importante para a sua inserção no mercado de trabalho. É uma atividade obrigatória que deve ser realizada pelos alunos de cursos de Licenciatura e deve cumprir uma carga horária pré-estabelecida pela instituição de Ensino.

Esta prática seria o primeiro contato que o futuro professor teria com seu futuro campo de atuação. Por meio da observação, da participação e da regência, o licenciando seria capaz de construir futuras ações pedagógicas (PASSERINI, 2007). “Durante o estágio, o futuro professor passa a enxergar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos profissionais que a compõem” (JANUARIO, 2008).

O Estágio Supervisionado baseia-se em um treinamento que possibilita aos estudantes vivenciarem o que aprenderam durante a graduação (MAFUANI, 2011). Os cursos de licenciatura deveriam relacionar teoria e prática de forma interdisciplinar, sendo que os componentes curriculares não poderiam ser isolados. Por isso, o Estágio Supervisionado estaria presente no currículo para simular um elo entre o conhecimento construído durante a vida acadêmica e a experiência real, que os discentes terão em sala de aula quando profissionais.

#### 4.1 *A teoria e a prática*

A lógica dos cursos de formação de educadores durante o século XX fundamentava-se na concepção epistemológica da racionalidade técnica. Nesta concepção que coloca teoria de um lado e prática de outro, configura-se uma relação de subordinação das disciplinas pedagógicas – consideradas as disciplinas práticas, em detrimento das teóricas – consideradas as disciplinas científicas. Muitos autores discutiram essa forma dicotômica de configurar-se o currículo do curso de licenciatura, porém foi Pérez Gomes (1992, p.98) que melhor descreveu esta concepção:

“Os currículos são normativos, com a sequência de conhecimentos dos princípios científicos relevantes, seguidos da aplicação destes princípios e de um *practicum*, cujo objetivo é aplicar na prática cotidiana os princípios da ciência estudada. Dentro da racionalidade técnica o desenvolvimento de competências profissionais deve colocar-se, portanto após o conhecimento científico básico e aplicado, pois não é possível aprender competências e capacidades de aplicação antes do conhecimento aplicável”.

A superação da dicotomia entre teoria e prática passa, então, a ser necessária diariamente, afinal, trata-se da luta pela qualidade do ensino e pelo resgate (ou (re)significação) do verdadeiro papel da disciplina Estágio Supervisionado. Durante muitos anos obedecendo ao ciclo tradicional dos estágios – observação, regência e participação – sua função, atualmente, tem sido apenas a de denunciar supostos erros da escola, sem que haja mudanças na escola, nem acréscimos aos estagiários.

No estágio de observação, observa-se uma tentativa contínua por parte dos estagiários de se elencar defeitos na metodologia e didática dos professores sem a preocupação de corrigi-los, basicamente porque não eram problemas dos alunos-estagiários, nem dos supervisores e, nem das universidades e na prática os professores observados sentiam-se julgados.

Nos estágios de participação, os estagiários, que não eram verdadeiramente aceitos pelo corpo docente da escola, eram limitados à correção de provas das quais não participaram da elaboração e por isso a correção tornava-se mecânica e automática. Muitas escolas designam as funções de secretaria aos estagiários, ou não permitem que eles participem de nenhum outro espaço a não ser o da sala de aula, quando sua função era a de participar efetivamente, colaborando em todas as nuances do processo ensino-aprendizagem.

No estágio de regência, a atividade do estagiário era estabelecida de acordo com a sua habilidade. Ou seja, se ele era “bom”, se comunicava bem, era simpático, criativo, a ele era aberto mais espaço na escola, mas se ele era “fraco”, tímido, mais sério, as aulas eram-lhe limitadas.

Infelizmente, com essa visão de estágio, nem a universidade está interferindo e nem as escolas estão ajudando na formação do futuro professor.

#### 4.2 *Relato pessoal: a minha experiência*

Minha prática de observação e regência aconteceram no primeiro e no segundo semestre de 2013 na disciplina de Leitura e Produção de Textos (LPT)<sup>15</sup> destinados aos alunos indígenas da UnB. A disciplina coordenada pela professora Márcia Niederauer propunha atividades de letramento, baseadas em textos acadêmicos e que exigissem do aluno habilidades que outras matérias de seus respectivos cursos também exigiriam, como a escrita de um resumo.

Uma metodologia aplicada pela professora da disciplina, a qual observei no Estágio 1 e também apliquei ao Estágio 2, foi a prática da reescrita do texto. Os alunos no decorrer do semestre tinham seus textos não só corrigidos, como também tinham a oportunidade de voltar a ele para corrigir, reescrever, repensar e se auto avaliar. Esse tipo de atividade desenvolve no

---

<sup>15</sup> Anexo 11.

aluno maior grau de criticidade, afinal, ele só não vai ver a correção como vai refletir sobre ela.

Além de possíveis métodos a serem adotados dentro da sala de aula, pude entender e vivenciar os problemas que os indígenas enfrentam na esfera da universidade, como a dificuldade de se manter em Brasília com a bolsa de novecentos reais oferecida pelo Ministério da Educação; com a frequente não obtenção de nota suficiente para ser aprovado nas disciplinas; a grande resistência dos alunos não indígenas em aceitar indígenas em trabalho em grupo, por exemplo.

Apesar de, no estágio, não ter atuado em um espaço escolar, participando de atividades rotineiras da educação básica, como coordenação, diálogo com outros professores, consegui cumprir a carga horária determinada para cada um deles e ministrar aulas que contemplassem o objetivo da disciplina LPT.

## **5 A pesquisa-ação**

De acordo com Guido (2000, p. 182), e como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta.

“Pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, p. 447, 2005), e eu acrescentaria que as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc.).

Como processo de melhora da prática, considera-se às vezes que a pesquisa-ação é atórica, mas embora seja verdade que a teoria disciplinar tradicional não é prioridade principal, é, contudo, importante recorrer a ela para compreender as situações, planejar melhoras eficazes e explicar resultados.

A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto.

A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, mas mesmo no interior da pesquisa-ação educacional surgiram variedades distintas.

Antes disso, a teoria e a prática não eram percebidas como partes integrantes da vida profissional de um professor, e a pesquisa-ação começou a ser implementada com a intenção de ajudar aos professores na solução de seus problemas em sala de aula, envolvendo-os na pesquisa. Além das características contidas no quadro a baixo, vejamos, ainda, algumas características principais da pesquisa-ação:

Tabela 1: Onze características da pesquisa-ação			
Linha	Prática rotineira	Pesquisa -ação	Pesquisa científica
1	habitual	inovadora	original / financiada
2	repetida	contínua	ocasional
3	Reativa contingência	pro-ativa estrategicamente	metodologicamente conduzida
4	individual	participativa	colaborativa / colegiada
5	naturalista	intervencionista	experimental
6	não questionada	problematizada	contratual (negociada)
7	com base na experiência	deliberada	discutida
8	não-articulada	documentada	revisada pelos pares
9	pragmática	compreendida	explicada / teorizada
10	específica do contexto		generalizada
11	privada	disseminada	publicada

- ✓ É situacional: procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados. Não está, portanto, em primeira linha interessada na obtenção de enunciados científicos generalizáveis (relevância global). Há, no entanto, situações em que se pode alegar alguma possibilidade de generalização para os resultados da pesquisa-ação: se vários estudos em diferentes situações levam a resultados semelhantes, isto permite maior capacidade de generalização do que um único estudo;
- ✓ É auto-avaliativa: as modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e o feedback obtido do monitoramento da prática é traduzido em modificações, mudanças de direção e redefinições, conforme necessário, trazendo benefícios para o próprio processo, isto é, para a prática, sem ter em vista, em primeira linha, o benefício de situações futuras;
- ✓ É cíclica: as fases finais são usadas para aprimorar os resultados das fases anteriores.

O benefício da pesquisa-ação está no fornecimento de subsídios para o ensino: ela apresenta ao professor subsídios razoáveis para a tomada de decisões, embora, muitas vezes, de caráter provisório.

É verdade que a pesquisa-ação pode ter limitações, sobretudo quando praticada por pessoas com pouco embasamento em métodos de pesquisa, mas, mesmo assim, é um instrumento útil, ao qual o professor deve recorrer. Por um lado, ela é uma abordagem científica para a solução de problemas e, portanto, a mudança introduzida numa situação social por seu intermédio é melhor do que eventuais mudanças introduzidas com base na alegada eficiência de procedimentos não previamente testados. As mudanças introduzidas

com a pesquisa-ação constituem também uma solução melhor do que deixar a situação problemática no estado em que se encontra, sem mudanças. Por outro lado, é verdade que a solução de problemas educacionais exige pesquisas de caráter mais amplo, para o desenvolvimento de teorias que tenham implicações para muitas salas de aula ou muitas escolas, e não apenas para uma ou duas. No entanto, considerando as limitações atuais da teoria educacional, a pesquisa-ação leva a soluções imediatas para problemas educacionais urgentes, que não podem esperar por soluções teóricas.

### *5.1 Pibid x Estágio supervisionado obrigatório: a diferença é a “pesquisa-ação”*

Tornou-se rotineiro o hábito de os pibidianos se apresentarem como “não estagiários”. E por que isso? Motivado, talvez, pelo distanciamento existente entre a educação superior e a educação básica, quando as IES enviam estagiários, seja para observação ou docência, às salas de aula das escolas, os docentes têm uma grande resistência para os receberem. Os professores efetivos da educação básica incorporam ao estagiário um papel de avaliador, cuja função seria a de observar as ações do professor (já vitimizando o aluno), chegar às conclusões que quiser e levar a “gravíssima” situação observada para ser discutida na universidade.

Como já discutido, não só os objetivos, como também as ações referentes a cada um deles são diferentes. O estágio visa: (i) à preparação do educando para o trabalho produtivo; (ii) ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional; (iii) à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O Pibid visa a: (i) incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; (ii) contribuir para a valorização do magistério; (iii) elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; (iv) inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; (v) incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; (vi) contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciaturas.

Assim que o Pibid chegou às escolas houve uma distinção, por parte da escola, dos coordenadores do projeto e dos próprios pibidianos, sobre os objetivos do Pibid x Estágio, em nenhum momento, então, os bolsistas-pesquisadores tiveram dificuldades para realizar suas

atividades na escola. O interesse do Pibid e dos seus agentes não era concorrer ou avaliar o desempenho dos profissionais da instituição; não interessava, também, que os bolsistas substituíssem professor em sala.

Os pibidianos, como professores pesquisadores, deveriam refletir sobre os seguintes termos: autonomia, reciprocidade, cooperação e colaboração. Deveriam considerar, também, o desenvolvimento de projetos relacionados ao letramento digital e às práticas de reescrita textual significativa de trabalhos escolares na rede pública de ensino.

O Pibid se preocupou em participar do cotidiano escolar, mas, sobretudo, de criar o seu próprio espaço e, por meio de ações e atividades transformacionais realizadas nele, gerar mudanças nas demais esferas da comunidade escolar. Esse comportamento repercutiu de modo positivo, tanto que, a pedido dos próprios professores, o Projeto IPÊ trabalhou em parceria com as matérias de Biologia, Artes, História. Nesses trabalhos interdisciplinares, os alunos participantes eram bonificados em todas as disciplinas envolvidas.

O diferencial entre Pibid e Estágio, além de um ser opcional e o outro obrigatório, há, ainda, outras particularidades como o período de contato que o licenciando tem com a sala de aula (o Pibid teve duração de dois anos, enquanto no Estágio, são vinte horas presenciais mais dez não presenciais); o momento em que a docência surge na formação do aluno (o Pibid busca alunos a partir do segundo semestre de curso, o Estágio ocorre nos semestres finais da graduação); a imersão no cotidiano da comunidade escolar (os pibidianos avaliavam os alunos, ministravam aulas, elaboravam material, participavam de coordenações). O principal elemento diferenciador é o caráter de pesquisa-ação do Pibid.

Antes dessa iniciativa da Capes que minimiza o distanciamento entre formação e sala de aula, as ações referentes à docência (estágio) não percebiam a teoria e a prática como partes integrantes e, por não serem integrantes, cada uma, para ocorrer, deveria ter o seu tempo específico, sendo que, normalmente, a teoria precede a prática. A pesquisa-ação constitui um meio de desenvolvimento profissional de “dentro para fora”, pois parte das preocupações e interesses das pessoas envolvidas na prática, envolvendo-as em seu próprio desenvolvimento profissional. Na abordagem contrária e tradicional, que é a abordagem de “fora para dentro”, um perito de fora traz as novidades ao homem da prática, na forma de seminários, por exemplo.

O Pibid tem esse caráter de pesquisa-ação porque aprecia os conhecimentos científicos como provisórios e dependentes do contexto histórico, os professores e os demais agentes da prática educacional, ao invés de serem apenas os consumidores da pesquisa realizada por outros, transformar suas próprias salas de aula em objetos de pesquisa. O processo de pesquisa é também um processo de aprendizagem para todos os participantes (coordenadores,



supervisoras, bolsistas, alunos, escola) e a separação entre sujeito e objeto de pesquisa é superada.

## **Considerações finais**

O período de formação docente é um período conflituoso para os alunos-professores, aflorando sentimentos diversos, especialmente o medo e a insegurança diante da sala de aula. Ao entrarmos em contato com os muitos saberes ao longo do curso, sobretudo saberes teóricos, nós, professores de língua estrangeira em formação inicial, necessitamos (re)significar esses saberes considerando a prática futura, tanto durante os Estágios Supervisionados ou Pibid como numa prática docente profissional.

Desta forma, coloco aqui alguns dos meus questionamentos, como professora em formação:

- ✓ até que ponto professores de língua estrangeira em formação inicial evidenciam uma relação entre os saberes teóricos e a prática docente?
- ✓ nós, os alunos em formação, necessitamos de maior permanência na sala de aula no caráter de professores-regentes?
- ✓ 20 horas de regência, como previsto para o estágio em PBSL, consegue dar conta dos objetivos traçados para a efetivação da prática durante a licenciatura?
- ✓ em que medida as vivências no PIBID interferem no formato do Estágio Supervisionado e sua contribuição no processo de formação docente?
- ✓ como tornar o Estágio Supervisionado uma pesquisa-ação?

Em discordância com o que afirmam Azevedo e Alves (2004) que crêem que só aprendemos a fazer fazendo e que é só a partir do momento que assumimos a responsabilidade de uma turma é que vamos aprendendo a ser professor, tomo uma postura justamente oposta, e defendo, assim como Oliveira (2003), que é na universidade, através de um curso de formação de qualidade, que começamos a aprender a ser professor e nos preparamos para os desafios do dia a dia escolar.

Nessa dicotomia teoria-prática não há um lado mais forte, ambas são necessárias, complementares e indissociáveis. E, por isso, para os meus questionamentos, não espero uma resposta absoluta, mas, sim, um fazer docente pautado em atividades constantes de reflexão e avaliação que primem pela qualidade da educação.

## Referências bibliográficas citadas e consultadas

- BRASIL. Decreto Nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Atos do Poder Executivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 junho. 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei Nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Atos do Poder Executivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 setembro. 2005
- \_\_\_\_\_. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Atos do Poder Executivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 setembro. 2008
- GUIDO, I.E. *Pesquisa-ação*. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. IPÊ. Projeto de Incentivo às Práticas de Leitura e Escrita. Brasília, DF. 2011
- JANUARIO, G. O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor. In: *Seminário de História e Investigações de/em aulas de matemática*, 2, 2008, Campinas. Anais: II SHIAM. Campinas: GdS/FE-Unicamp, 2008. v. único. p. 1-8.
- MAFUANI, F. *Estágio e sua importância para a formação do universitário*. Instituto de Ensino Superior de Bauru – São Paulo, 2011.
- MANHÃES, L. C. S. Redes e formação de educadores. In: AZEVEDO, J. G. de; ALVES, N. G. (Orgs.). *Formação de professores: possibilidades do impossível*. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2004. p.99-120.
- OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: \_\_\_\_\_. *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.13-37.
- OLIVEIRA, E.S.G.; CUNHA, V.L. *O estágio Supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades*. Revista de Educação à Distância. Ano V, n. 14, 2006.
- PASSERINI, G. A. *O estágio supervisionado na formação inicial de professores de matemática na ótica de estudantes do curso de licenciatura em matemática da UEL*. 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2007.
- PEREZ GOMES, A. *Formação dos professores da licenciatura: os professores e sua formação*. Portugal: Porto Editora, p. 98, 1992.
- TRIPP, D. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e pesquisa, São Paulo, v.31, n. 3, p.443-466, set./dez. 2005.
- UnB. *Edital do Pibid-Letras*. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Ementa da disciplina Estágio Supervisionado*. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). Brasília, DF. 2013
- \_\_\_\_\_. *Ementa da disciplina Leitura e Produção de Textos*. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). Brasília, DF. 2013

# **Anexo 1**





# **Anexo 2**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 20, § 2o, da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, DECRETA:**

**Art. 1o** O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

**Art. 2o** Para fins deste Decreto, considera-se:

**I** - bolsista estudante de licenciatura: o aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura que integra o projeto institucional da instituição de educação superior, com dedicação de carga horária mínima de trinta horas mensais ao PIBID;

**II** - coordenador institucional: o professor de instituição de educação superior responsável perante a CAPES por garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a execução das atividades de iniciação à docência previstas no projeto de sua instituição, zelando por sua unidade e qualidade;

**III** - coordenador de área: o professor da instituição de educação superior responsável pelas seguintes atividades:

**a)** planejamento, organização e execução das atividades de iniciação à docência em sua área de atuação acadêmica;

**b)** acompanhamento, orientação e avaliação dos bolsistas estudantes de licenciatura; e

**c)** articulação e diálogo com as escolas públicas nas quais os bolsistas exerçam suas atividades;

**IV** - professor supervisor: o docente da escola de educação básica das redes públicas de ensino que integra o projeto institucional, responsável por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência;

**V** - projeto institucional: projeto a ser submetido à CAPES pela instituição de educação superior interessada em participar do PIBID, que contenha, no mínimo, os objetivos e metas a serem alcançados, as estratégias de desenvolvimento, os referenciais para seleção de participantes, acompanhamento e avaliação das atividades.

**Art. 3o** São objetivos do PIBID:

**I** - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

**II** - contribuir para a valorização do magistério;

**III** - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

**IV** - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

**V** - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

**VI** - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

**Art. 4o** O PIBID cumprirá seus objetivos mediante a concessão de bolsa de iniciação à docência a alunos de cursos de licenciatura que exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, bem como aos professores responsáveis pela coordenação e supervisão destas atividades.

**Parágrafo único.** Serão concedidas as seguintes modalidades de bolsa no âmbito do PIBID:

**I** - bolsa para estudante de licenciatura;

**II** - bolsa para professor coordenador institucional;

**III** - bolsa para professor coordenador de área;

**IV** - bolsa para professor supervisor.

**Art. 5o** Poderão participar do PIBID, as instituições de educação superior previstas nos arts. 19 e 20 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que:

**I** - possuam cursos de licenciatura legalmente constituídos e que tenham sua sede e administração no País;

**II** - participem de programas de valorização do magistério definidos como estratégicos pelo Ministério da Educação;

**III** - mantenham as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao cumprimento e execução do projeto, no caso de sua aprovação.

**§ 1o** A CAPES promoverá chamadas públicas de projetos para o PIBID, por meio da publicação de edital, cabendo às instituições referidas no caput encaminhar suas propostas, contendo o projeto institucional de iniciação à docência para análise e seleção por comissão de especialistas constituída especialmente para esse fim.

**§ 2o** A cada edição do PIBID, a CAPES publicará edital contendo, no mínimo, as seguintes informações:

**I** - requisitos e condições para a participação no Programa;

**II** - atribuições de cada integrante do projeto: coordenador institucional, coordenador de área, professor supervisor e bolsista estudante de licenciatura;

**III** - procedimentos de seleção de projetos institucionais;

**IV** - critérios para aprovação dos projetos apresentados;

**V** - valor correspondente a cada uma das modalidades de bolsa previstas no art. 4o;

**VI** - perfil das escolas em que as atividades do Programa serão desenvolvidas, utilizando, entre outros, critérios referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB, de que trata o Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, e às experiências de ensino-aprendizagem bem sucedidas, de modo a permitir aos bolsistas a compreensão e atuação em diferentes realidades.

**§ 3o** As instituições selecionadas deverão organizar seminários de iniciação à docência, prevendo a participação de estudantes bolsistas, coordenadores e supervisores, para apresentar resultados alcançados, dar visibilidade a boas práticas, propiciar adequado acompanhamento e avaliação do projeto institucional e analisar seu impacto na rede pública de educação básica e nos cursos de formação de professores da própria instituição.

**Art. 6o** O PIBID atenderá à formação em nível superior de docentes para atuar nos níveis infantil, fundamental e médio da educação básica, bem como na educação de pessoas com deficiência, jovens e adultos, comunidades quilombolas, indígenas e educação no campo. **o**

**Parágrafo único.** A CAPES definirá as áreas do conhecimento e níveis de ensino que serão abrangidas pelo PIBID, a partir de necessidades educacionais detectadas, observado o Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

**Art. 7o** O PIBID deverá ser executado exclusivamente em escolas de educação básica das redes públicas de ensino, vedada a alocação de estudantes bolsistas em atividades de suporte administrativo ou operacional.

**Parágrafo único.** A atuação dos estudantes bolsistas deverá ser planejada, acompanhada e avaliada pelos professores coordenadores e supervisores, em atendimento às disposições do projeto institucional.

**Art. 8o** A CAPES coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos projetos institucionais do PIBID, buscando o aprimoramento de processos e tecnologias de ensino e aprendizagem das instituições participantes e escolas públicas envolvidas.

**Art. 9o** Serão repassados no âmbito do PIBID recursos destinados exclusivamente ao pagamento de despesas essenciais à execução do projeto institucional, de acordo com a disponibilidade orçamentária, com a legislação vigente e com a regulamentação da CAPES.

**Art. 10.** As despesas do PIBID correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas à CAPES, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de projetos a



serem aprovados com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados pelo Poder Executivo, na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

**Art. 11.** O inciso **II** do art. **9º** do Decreto nº **6.755**, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal, Municípios e às instituições de educação superior previstas nos arts. **19** e **20** da Lei nº **9.394**, de 1996, selecionadas para participar da implementação de programas, projetos e cursos de formação inicial e continuada, nos termos do art. **2o** da Lei nº **8.405**, de 9 de janeiro de 1992.” (NR)

**Art. 12.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 24 de junho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

# **Anexo 3**



Universidade de Brasília  
**SEJA UM PROFESSOR-PESQUISADOR!!!**  
**TENHA ORGULHO DE SUA CARREIRA!!!**  
**PIBID - LETRAS**

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

*O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. **Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.***

*A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4.*

O Instituto de Letras da UnB está participando do PIBID 2011-2013. O Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) é o seu responsável principal, nas pessoas dos seguintes professores:

1. Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva (coordenador);  
kleberunicamp@yahoo.com.br
2. Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes (vice-coordenador);  
Dionei98@gmail.com
3. Profa. Dra. Ana Adelina Lopo Ramos (colaboradora);  
anadeli@gmail.com
4. Profa. Dra. Ormezinda Maria Ribeiro (colaboradora).  
aya.ribeiro@yahoo.com.br

São 10 bolsas de estudo durante 2 anos, assim distribuídas:

- 4 bolsas para Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua;
- 3 bolsas para Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (diurno);
- 3 bolsas para Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (noturno)

### **Seleção de bolsistas**

## Critérios de seleção:

### *Primeira etapa:*

1. Estar cursando entre o 2º e o 6º semestre;
2. IRA: acima de 3,5;
3. Análise de histórico escolar;
4. Análise do currículo *lattes* (preencher no site do CNPq);
5. Análise da carta de intenções (no máximo 2 páginas);
6. O/A proponente não pode ter bolsa paga pela CAPES/CNPq;
7. Ter disponibilidade mínima de 20h semanais;
8. Ter disponibilidade de atuação em turnos contrários aos seus turnos de aula.

### *Segunda etapa:*

1. Entrevista com a banca composta com os dois coordenadores e com os dois colaboradores.

### **Período de inscrição:**

De 10 a 16 de maio de 2011, no horário de funcionamento do LIP.

**Local de inscrição:** secretaria do LIP

**Documentos necessários (colocar em envelope identificado):**

1. Histórico escolar;
2. Carta de intenções (2 páginas no máximo);
3. Currículo *lattes*;
4. Documento que informe o IRA.

**20-05, 17h – divulgação dos resultados da primeira fase e convocação para segunda fase (entrevista)**

# **Anexo 4**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005.**

Conversão da MPv nº 251, de 2005

Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º desta Lei, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, renda familiar mensal **per capita** de até um salário mínimo e meio e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista **nocaput** deste artigo, conforme dispuser o regulamento. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 2º Os portadores de deficiência, assim definidos em lei, terão tratamento adequado às suas necessidades em todo o Projeto Escola de Fábrica. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 3º Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta Lei deverão se enquadrar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional, nos termos dos [arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#). [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 2º A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 3º As horas-aula de atividades teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 4º Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos, observando as seguintes diretrizes: [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - limitação das atividades práticas, dentro da carga horária dos cursos, de acordo com regulamento;

II - limitação da duração das aulas a 5 (cinco) horas diárias; [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

III - duração mínima de 6 (seis) e máxima de 12 (doze) meses. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 5º Observado o disposto neste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos serão definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter socioeducacional sobre o caráter profissional, observado o disposto no [§ 1º do art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente](#), no que couber. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 4º A avaliação dos alunos e a expedição de certificados de formação inicial serão de responsabilidade das instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou de unidades gestoras credenciadas perante as autoridades educacionais competentes. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 5º O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante: [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - transferência de recursos financeiros às unidades gestoras selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação por meio de convênio; [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - pagamento de bolsas-auxílio. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 2º Fica autorizada a suspensão da transferência de recursos financeiros à unidade gestora que: [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - não cumprir, no todo ou em parte, o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação;

II - utilizar os recursos recebidos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Projeto Escola de Fábrica, conforme constatado por análise documental ou auditoria. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos, que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os [arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

Art. 7º Para a fiel execução do Projeto Escola de Fábrica, compete: [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - à unidade gestora: formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para preparação e instalação dos cursos, elaborar o material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos interessados, prestar contas dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e acompanhar o andamento dos cursos, zelando por seu regular desenvolvimento;

II - ao estabelecimento produtivo: prover infra-estrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores, indicar a necessidade de cursos e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos; [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

III - ao FNDE: efetuar os repasses dos recursos financeiros, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução dos planos de trabalho; [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

IV - ao Ministério da Educação: selecionar e credenciar as unidades gestoras considerando o projeto pedagógico e o plano de trabalho formulados para os cursos e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º O responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábrica deve providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais em favor dos jovens participantes do Projeto. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 2º As atividades práticas do Projeto Escola de Fábrica sujeitam-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 8º A execução e a gestão do Projeto Escola de Fábrica são de responsabilidade do Ministério da Educação. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º À Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República compete a articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, observadas as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional de Juventude - CNJ. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 9º A supervisão do Projeto Escola de Fábrica será efetuada: [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - pelo Ministério da Educação e por instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, quanto ao conteúdo, à orientação pedagógica e aos aspectos administrativos dos cursos; [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - pelo FNDE, quanto aos aspectos operacionais das transferências. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º O Ministério da Educação designará, por indicação de instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, supervisores pertencentes aos quadros docentes destas últimas responsáveis pela supervisão e pela inspeção **in loco** do Projeto Escola de Fábrica. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 2º Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto Escola de Fábrica deverão providenciar cadernos-diários individuais para registro das atividades realizadas, bem como manter quadro afixado em local visível com a relação nominal dos participantes, para fins de monitoramento e avaliação do Projeto. [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 10. A vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola de Fábrica não o exime do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do [art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#) [\(Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)



Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos - Prouni, instituído pela [Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005](#), matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante.

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, até o valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudantes beneficiários de bolsa integral do Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante. ([Redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011](#)).

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial - PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

§ 1º O tutor de grupo do PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas dos gastos perante o Ministério da Educação e, no caso de aquisição de material didático, doá-lo à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET ao final de suas atividades.

§ 2º Os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas serão definidos em regulamento.

§ 3º O processo seletivo referido no § 2º deste artigo deverá observar, quanto aos alunos, o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, e, quanto aos tutores, a titulação.

§ 4º A instituição de educação superior integrada ao PET deverá dar publicidade permanente ao processo seletivo, aos beneficiários, aos valores recebidos e à aplicação dos recursos.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

§ 1º A bolsa de tutoria do PET será concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha titulação de doutor.

§ 2º Excepcionalmente, a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre.

Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios previstos nesta Lei poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, em periodicidade nunca inferior a 12 (doze) meses.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 17. O **caput** do art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

"Art. 3º .....

.....

d) financiar programas de ensino profissional e tecnológico.

....." (NR)

Art. 18. Os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

.....

§ 5º A idade máxima prevista no **caput** deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização." (NR)

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

....." (NR)

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

*Luiz Marinho*

*Luiz Soares Dulci*

# **Anexo 5**

# PROJETO IPÊ – PROJETO DE INCENTIVO ÀS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA

## INTRODUÇÃO

*“Realizar a correlação entre os conhecimentos já adquiridos e os conhecimentos novos e as situações concretas propicia ao aluno autonomia intelectual e moral. A proposta da interdisciplinaridade propõe uma prática pedagógica com sujeitos ativos, em que o professor é fundamental no despertar das competências e habilidades do educando.”*

**(PPP do C.Ed. 06 de Taguatinga)**

O trecho acima foi retirado do Projeto Político-Pedagógico do Centro Educacional 06 de Taguatinga e sua escolha como texto introdutório do Projeto IPÊ foi guiada por dois motivos: (1) o fato de a instituição não apenas ter sido o lócus inicial de desenvolvimento do Projeto IPÊ, como também ter-lhe servido como fonte fundamental de ideias para a construção de seus pilares; e (2) o compartilhamento de princípios e objetivos que há entre a instituição, reconhecida como polo de diversidade humana e atendimento a essas diversidades, e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/Letras/UnB – como um todo.

A denominação “Projeto IPÊ” surgiu a partir de uma crônica escrita pela professora Rosilânia Oliveira, supervisora do PIBID (2011), inspirada na florada do ipê amarelo que se encontra do canteiro central do C.Ed. 06 de Taguatinga e que é visto como símbolo da instituição.

Esse ipê floresce nos anos ímpares e, quando isso acontece, há um encantamento generalizado na comunidade escolar, gerando produções textuais espontâneas de diversos gêneros. Nessa florada, todos param para contemplar e registrar sua beleza, o que caracteriza um período, infelizmente, curto – duração de apenas nove dias, no entanto muito bucólico e inspirador, compartilhado também por amigos e familiares de toda a comunidade escolar.

A transferência da professora supervisora do PIBID/Letras/UnB para o Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) levou à mudança do lócus de pesquisa do Projeto IPÊ para essa instituição, no início de 2012. De acordo com a metáfora do ipê como inspirador das práticas de leitura e produção textual, agora, o CEMAB também possui um ipê.

O CEMAB foi inaugurado oficialmente como instituição educacional da rede pública em 5 de junho de 1961, sob o nome “Ginásio de Taguatinga” e, cinco anos depois, aproximou-se de sua atual denominação e passou a se chamar Centro de Ensino Ave Branca. Possui uma trajetória histórica marcada pelo envolvimento com a política, constando de seu histórico invasões da Polícia Militar (PM) à instituição durante a ditadura militar e manifestações mais recentes de seus estudantes na luta pelo passe-livre. A partir disso, pode-se dizer que a instituição exerceu importante papel na construção da democracia na capital do Brasil.

Em conjunto com o ensino médio regular, a escola oferece também Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos cegos e de baixa visão. Está instalada no colégio também a itinerância de deficientes visuais. As itinerâncias da rede pública do Distrito Federal são instâncias que atendem a diversas outras escolas da rede pública local como apoio a alunos com determinado déficit, intelectual ou físico. A itinerância de DV é responsável, entre outros, pela adaptação de material para esses alunos. O atendimento especial foi ampliado com a criação do AEE – generalista, que atende alunos com outras especialidades.

O ensino médio, na modalidade regular, é oferecido no turno matutino, vespertino e noturno e, por sua vez, é responsável por grande parte do reconhecimento e destaque da instituição se comparada ao caráter fragmentado e insuficiente do sistema de educação nacional, observado que o CEMAB atende à demanda da educação básica no que diz respeito ao incentivo à formação continuada, encaminhando notória quantidade de alunos ao ensino superior, muitas vezes universidades públicas.

O desafio do PIBID – Letras/UnB, então, é levar para a instituição o Projeto IPÊ, que nasceu da necessidade de reestruturar a prática de leitura e produção textual e direcioná-la a um nível em que o aluno se identifique com sua língua materna e domine as suas diferentes variantes, reconhecendo graus e contextos de adequação. É notório que a dificuldade de compreensão, interpretação e produção de textos dos alunos tem sido fator determinante no seu desempenho nos exames institucionais e nacionais, em que se identificam lacunas disciplinares e interdisciplinares, não se limitando apenas às disciplinas de códigos e linguagens.

## JUSTIFICATIVA

***“Os profissionais competentes devem não apenas resolver problemas técnicos, mediante a seleção dos meios apropriados para fins claros e consistentes em si, mas devem também conciliar, integrar e escolher apreciações conflitantes de uma situação, de modo a construir um problema coerente, que valha a pena resolver.” (Schön2000)***

O Projeto de Incentivo às Práticas de Leitura e Escrita atende ao PIBID – Letras/UNB em seus princípios sociointeracionistas, em direção aos letramentos múltiplos e à ação reflexiva. Solidariza-se com a preocupação de amenizar os alarmantes resultados alcançados por estudantes em avaliações institucionais das escolas e externas às instituições. Reconhece, também, a fundamental e essencial importância da interação entre *pibidianos* e professores efetivos da rede, criando uma verdadeira ponte de conexão e trânsito entre a universidade e a escola, entre o ensino superior e a educação básica.

O desafio é proporcional à necessidade de serem criadas Cadeias Criativas (LIBERALLI, 2006). Segundo Vygostsky (1934\2001), as ações humanas são mediadas por seus pares, em uma rede complexa de vivências intensas e interligadas. Numa escola tão diversa, somente um projeto com proposta colaborativa pode gerar resultados duradouros. Segundo Spinoza (1977), em colaboração os sujeitos passam a fazer mais do que poderiam fazer sozinhos. Em Cadeias Criativas, todos os sujeitos se tornam formadores de outros sujeitos, comprometidos com a melhoria da vida e com o desenvolvimento de postura de interdependências e responsabilidade (BAKHTIN, 1992). Portanto, considerar o trabalho coletivo e interdisciplinar pressupõe o que Spinoza – 1677 – salienta: que entender que quando cada um dos sujeitos da atividade busca processos de colaboração para o alcance de seus desejos compartilhados, isto é, quando existe uma relação de conveniência e harmonia entre os sujeitos na construção conjunta de significados sobre/na vida, aumenta-se a potência de agir do todo.

O Projeto IPÊ propõe ações criativas, pois permite trazer algo novo ao significado social por meio dos sentidos (VYGOTSKY, 1932\1987). Ensinar-aprender é ter acesso a um universo de possibilidades, que permite o desenvolvimento constante de personalidade criativa e de ações transformadoras.

Nessa proposta de Cadeias Criativas, os alunos se transformam em agentes críticos no mundo por meio da linguagem e integram conceitos cotidianos e científicos, como forma de ativa participação em suas comunidades. Partem da compreensão, análise, produção e avaliação de informações e conhecimentos presentes na vida que vivem e assumem responsabilidade de transformar realidades em parceria com a comunidade. Esse movimento de parcerias criativas de produção de significados de mundo permite entender a vida na terra como uma grande comunidade, com potência para compartilhar responsabilidade pelo presente e pelo futuro de todo o mundo e dos seres vivos, construindo, assim, uma sociedade sustentável e crítica (LIBERALI, 2010).

Para integrar toda a comunidade escolar nessa Cadeia Criativa, faz-se necessário esse projeto.

## **OBJETIVOS: GERAIS E ESPECÍFICOS**

### **Objetivos gerais**

- Reestruturar a prática de leitura e escrita no CEMAB de forma colaborativa, cooperativa, autônoma e recíproca com o objetivo de atender continuamente a todo o seu público e suas necessidades;
- Desenvolver ações interdisciplinares visando à colaboração e à cooperação do corpo docente junto aos professores pesquisadores do PIBID e à comunidade escolar.

### **Objetivos específicos**

- Integrar as modalidades que a escola abrange: AEE, ensino médio regular e escola integral na prática de leitura e escrita;
- Contextualizar a prática da escrita com a realidade do aluno;
- Relacionar as diferentes práticas de letramentos com o contexto da comunidade escolar;
- Desenvolver práticas de produção textual que visem ao resgate da autoestima dos alunos e que os auxiliem em seus desafios concretos de caráter pessoal, profissional e social;
- Aproveitar as experiências linguísticas dos alunos a fim de abandonar a crença de que o professor é o detentor do saber e figura central no processo de ensino-aprendizagem;
- Aprimorar a postura crítica e reflexiva no aluno como leitor-escritor;
- Oferecer suporte para reflexão e escolha dentro da formação continuada (orientação vocacional indireta);
- Criar oficinas direcionadas para atender à adequação linguística, com foco, sobretudo, no ensino-aprendizado de português padrão e culto, por meio do trabalho com os diferentes gêneros discursivos;
- Valorizar as próprias dependências da escola, usufruindo ao máximo de todos os recursos disponíveis. Ex.: laboratório de informática e biblioteca;
- Oferecer aos professores efetivos da rede pública Cursos de Extensão de acordo com as suas necessidades, preocupando-se em lhes fornecer também a certificação adequada, visando também ao resgate da autoestima dos profissionais da educação.

## **METODOLOGIA**

### **Da escolha do método**

Como proposta inovadora de valorização e aproveitamento da bagagem pessoal e social de cada aluno como indivíduo, foi desenvolvido o Método RAR, cujos pilares são *Reutilizar*, *Ampliar* e *Reciclar* as experiências linguísticas que os próprios alunos e a comunidade escolar envolvida com as oficinas do Projeto IPÊ possuem. Esse método apresenta três objetivos principais: (1) promover a ruptura do paradigma presente no senso comum que posiciona a reciclagem

sempre associada a objetos, concretos ou abstratos, descartados em decorrência de falta de uso e/ou utilidade: o lixo; (2) abandonar a crença de que o professor é a figura central do processo de ensino/aprendizagem e único detentor do saber; (3) perpetuar esse processo de ensino/aprendizagem, observando-se que o método RAR é um método de reciclagem que apresenta em sua última etapa o próprio processo de reciclagem e, portanto, consiste em: reutilizar, ampliar e **reciclar** = reutilizar, ampliar e **reciclar** = reutilizar, ampliar e **reciclar**...

De posse desse método, o Projeto IPÊ, visando centralmente à prática efetiva de leitura e produção textual, se desenvolverá em torno de oficinas, livres e direcionadas.

Optou-se por tal método em decorrência do seu caráter criativo e interacional, destacando também que, por meio de oficinas, faz-se presente a figura dos orientadores-facilitadores (professores-pesquisadores) à disposição dos alunos, sem, no entanto, assumir essa figura uma posição centralizadora, ou seja, desenvolver-se-ão posturas ao mesmo tempo autônomas e colaborativas, a partir da participação ativa dos alunos, com a orientação e supervisão dos orientadores-facilitadores. [vago]

O critério polarizador entre oficinas livres e direcionadas diz respeito à escolha do tema e do gênero textual a ser abordado. Em oficinas livres, o tema será apresentado pelos professores-pesquisadores do PIBID e discutido e debatido com a turma, enquanto a escolha do gênero textual, no entanto, ficará mais a critério individual do aluno. Destaca-se aqui a presença constante na elaboração e aplicação do Projeto IPÊ da valorização da individualidade, no que diz respeito ao caráter ímpar do indivíduo, e da estimulação à construção conjunta e colaborativa do conhecimento. Nas oficinas chamadas direcionadas, o trabalho se desenvolverá em torno de temas e gêneros introduzidos pelos orientadores-facilitadores.

Apresentados os dois conceitos – livre e direcionada, deve-se, então, destacar que tais critérios não são mutuamente excludentes. Podem se fazer presentes na mesma atividade aspectos de caráter livre e de caráter direcionado, como por exemplo uma oficina em que se induz a escolha do tema, sem, contudo, limitar o gênero textual a ser desenvolvido.

As oficinas acontecerão no turno contrário às aulas regulares dos alunos participantes. Sendo assim, serão ofertadas nos turnos matutino e vespertino, a fim de atender a todas as séries da escola. Para o 1º ano, as oficinas ocorrerão exclusivamente no período da manhã; para o 3º ano, exclusivamente, no período da tarde e, para o 2º ano, observando-se que, para essa série especificamente, há turmas tanto no período da manhã, quanto da tarde no ensino regular, haverá também duas turmas de oficina: uma no turno matutino e outra no vespertino, com o objetivo de garantir possibilidade de participação a todos os alunos da instituição. A partir disso, haverá quatro turmas de oficinas por semana, uma para cada série.



Com o fim de potencializar as habilidades e competências próprias de cada *pibidiano* e, também, de distribuir a carga de elaboração de material, acompanhamento e monitoração individual dos alunos e correção de produções, o grupo do Projeto IPÊ, contendo seis professores-pesquisadores, será didaticamente dividido em três duplas, cada uma responsável por uma série e, conseqüentemente, por uma oficina semanal.

É válido destacar que o intercâmbio entre as duplas não só é permitido como é imprescindível, assim como a colaboração e cooperação entre os bolsistas responsáveis por cada oficina.

### **Das necessidades físicas**

Deve-se enfatizar a necessidade de um espaço físico exclusivo para a realização das oficinas, observado que os alunos veem em seus ambientes de interação e convívio um meio de identificação consigo mesmos e com seus pares, isto é, à medida que constroem conjuntamente o espaço de ação e interação pelo qual são acolhidos, sentem-se motivados e integrados no projeto e não como se fossem apenas peças ou partes transitórias de um todo. Considerando que o Projeto IPÊ amplia as atuações da instituição à comunidade, a esta deve ser assegurado, então, o direito de acesso às dependências da escola, não abrindo mão, porém, das medidas de segurança. Sendo assim, o espaço Projeto IPÊ será um ambiente de acesso essencialmente livre, contudo monitorado.

Tendo iniciado a exposição do método apontando o caráter interacional e criativo das oficinas, é válido que, futuramente, se realizem especificações com relação à configuração física da sala ou de outras possíveis dependências onde se realizarão as oficinas, como, por exemplo, a disposição das carteiras como elemento constituinte da atmosfera local.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BONINI, A.; MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: Teorias, Métodos e Debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em Língua Materna*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R.; CASTANHEIRA, S. (Orgs) *Formação do professor como agente letrado*. Editora Contexto, 2010.

- CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- DELORS, J. *Educação, um Tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo. SP: Cortez Editora, 1999.
- DIONISIO, A. P. et al. (Org.) *Gêneros Textuais & Ensino*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. (Org.). *Gêneros Oraís e Escritos na Escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
- GESSER, A., 1971. *Libras? : Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- KLEIMAN, A. B. (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Gêneros Textuais: Da Didática das Línguas aos Objetivos de Ensino*. São Carlos: Claraluz, 2009.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 5ª ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ROJO, R. *Falando ao pé da letra: a construção da narrativa e do letramento*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.
- SANTOS, P. e ALVAREZ, M. L. O. (Orgs.). *Língua e cultura no contexto de português língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.
- SIGNORINI, I. (Org.). *Gêneros Catalisadores: Letramento e Formação do Professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte; Autêntica, 2004.

### **AÇÕES PREVISTAS**

- Inauguração do Projeto IPÊ no CEMAB por meio do plantio simbólico da árvore que inspirou esse nome na Semana de Educação para a Vida, prevista para o mês de maio;
- Serão ofertados Cursos de Extensão aos professores efetivos da instituição e, eventualmente, profissionais provindos de outras escolas da rede pública;
- Será providenciada a devida certificação para os alunos e professores participantes das oficinas e cursos de extensão oferecidos pelo Projeto IPÊ;
- Para uso que vai além das oficinas ofertadas pelo Projeto IPÊ, será elaborado material didático em papel e em multimídia;
- Quando estiver concluída a pesquisa acerca da comunidade externa estrangeira e estiver devidamente articulada a proposta de trabalho, serão promovidas, por meio dos encontros “Dançando com as Letras”, oficinas de ensino de Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) à comunidade chinesa, visando ao intercâmbio cultural e lúdico.

### **RESULTADOS PRETENDIDOS**

Tendo como etapa inicial de ação do Projeto IPÊ o ano de 2012, espera-se que, ao final desse período, os objetivos gerais e específicos do projeto tenham sido, ao menos parcialmente, alcançados. A partir disso, é previsto que se tenha realizado de forma efetiva:

- Adesão da comunidade chinesa às atividades do projeto;
- Inclusão de pelo menos um aluno do público AEE por oficina;
- Manutenção da interdisciplinaridade, por meio do diálogo com, no mínimo, três diferentes disciplinas da escola;
- Aumentar o rendimento dos alunos nas provas de redação da instituição e dos exames nacionais e locais.

### **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – 2012**

<b>PERÍODO</b>	<b>ATIVIDADES</b>
MARÇO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recolhimento do material usado em sala pelos professores efetivos da instituição para que se realize o diálogo PIBID-</li></ul>

	<p>escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do espaço na plataforma Moodle da instituição;</li> <li>• Confecção de camisetas para os Ipês;</li> <li>• 30/03: participação na oficina de <i>Metodologias de Projeto</i> do PIBID/Letras/UnB no C.E. 02 do Cruzeiro, ministrada pelo vice-coordenador do PIBID, Dionei Moreira Gomes.</li> </ul>
ABRIL <sup>16</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14/04: Reunião Extraordinária do PIBID/Letras/UnB para avaliação global e específica e planejamento de atividades futuras;</li> <li>• A partir do dia 16/04, dar início às oficinas e às atividades de atração da comunidade chinesa.</li> <li>• Fim de abril: oficina do mês no CEMAB com um coordenador ou com a colaboradora da UnB;</li> </ul>
MAIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meados de maio: reunião mensal do grupo todo para avaliação global e específica; [data a ser confirmada][presença obrigatória de todos os <i>pibidianos</i>]</li> <li>• Participação dos <i>pibidianos</i> na Semana de Letras/UnB e apresentação do PIBID de Letras e de seus subprojetos, seguida da exposição de seus resultados parciais;</li> <li>• Inauguração simbólica do Projeto IPÊ no CEMAB, por meio do plantio de um ipê durante a Semana de Educação para a Vida/CEMAB;</li> <li>• Manutenção do espaço na plataforma Moodle.</li> <li>• Oficina do Mês no CE 02 do Cruzeiro (todos têm de estar presentes)</li> </ul>
JUNHO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meados de junho: reunião mensal do grupo todo para avaliação global e específica; [data a ser confirmada][presença obrigatória de todos os <i>pibidianos</i>]</li> <li>• 26, 27 e 28/06: Participação do PIBID/Letras/UnB no VIII Congresso PLE – Niterói/RJ, com exposição dos resultados parciais do Projeto IPÊ e do Projeto CULT.</li> <li>• Oficina do mês no CEMAB com um coordenador ou com a colaboradora da UnB</li> </ul>
JULHO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semana do dia 02/07: confraternização de encerramento das atividades do primeiro semestre;</li> </ul>

<sup>16</sup> As atividades neste mês dependem do andamento da greve dos professores.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semana do dia 29/07: dar início às atividades de orientação vocacional.</li> </ul>
AGOSTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do primeiro semestre e novo planejamento;</li> <li>• Dar início às oficinas de PBSL para a comunidade externa paralelamente ao projeto “<i>Dançando com as Letras</i>”.</li> </ul>
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar continuidade às oficinas ofertadas aos alunos do ensino médio regular e à comunidade externa.</li> </ul>
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação dos <i>pibidianos</i> na Semana Universitária/UnB, apresentando o PIBID/Letras/UnB e seus respectivos projetos e resultados parciais.</li> </ul>
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar continuidade às oficinas ofertadas aos alunos do ensino médio regular e à comunidade externa.</li> </ul>
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semana do dia 02/12: confraternização de encerramento do ano letivo.</li> </ul>

Há, ainda, eventos cuja data de realização não foi ainda divulgada, como, por exemplo, o I Seminário do PIBID na Unicamp e o IV Congresso Latino-Americano de Formadores de Professores de Línguas (CLAFPL), atividades nas quais é imprescindível a participação dos bolsistas do PIBID/Letras/UnB e seus s

# **Anexo 6**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Decanato de Ensino de Graduação

## Certificado

Certificamos para os devidos fins que a estudante *Karine Dourado Silva* participou da *Mostra do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na Semana Universitária*, durante o período de 01/10/2011 a 08/10/2011, totalizando 30 horas.

Brasília-DF, 28 de Agosto de 2012.

Prof. José Américo Soares Garcia  
Decano de Ensino de Graduação

Prof. Marcelo José de Mello Rezende  
Diretor da DAIA



I Seminário e II Encontro  
PIBID/UNICAMP  
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

14 e 15 de maio  
Centro de Convenções da Unicamp

## CERTIFICADO

A Pro-Reitoria de Graduação da Unicamp certifica que *Karine Dourado Silva* apresentou o pôster *Educação linguística da UNB à luz da Oportu PRG, fluxos e o seu primado* durante o I Seminário e II Encontro PIBID/UNICAMP, realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2012, no Centro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Campinas, 15 de maio de 2012.

Guilherme do Val Toledo Prado  
Coordenador Institucional do PIBID

Eliana Piyoub  
Coordenadora de Gestão do PIBID

Realização



PRG  
Programa de Pós-Graduação em Letras



Ministério da Educação



**CERTIFICADO**



Certificamos que o pôster intitulado *A tênue (e perigosa) fronteira entre o ensino transcultural e o daltonismo cultural* de autoria de **KARINE DOURADO SILVA** foi apresentado no IV Congresso Latino-Americano de Formação de Professores de Línguas, realizado nos dias 27 e 28 de fevereiro e 01 de março de 2013, na Universidade de Brasília.

Brasília, 01 de março de 2013



Karine Aparecida da Silva  
Presidente da Comissão Organizadora Local



Maria Cristina Faria Dalacorte  
Presidente da Comissão Organizadora Nacional

**CERTIFICATE OF PARTICIPATION**  
**II ENCONTRO MUNDIAL SOBRE O**  
**ENSINO DE PORTUGUÊS**

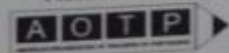
WE HEREBY CERTIFY THAT

*Karine Dourado Silva*

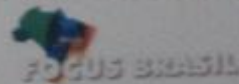
presented at the II Encontro Mundial sobre o Ensino de Português  
(II World Conference of the Teaching of Portuguese) held from the 3<sup>rd</sup> to the  
5<sup>th</sup> of May 2013, at the Broward Center for the Performing Arts,  
Fort Lauderdale, Florida.



Anete Arslanian  
President of the American Organization of  
Teachers of Portuguese




Carlos Borges  
President of Fundação Focus Brasil





# **Anexo 7**



# **Anexo 8**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.**

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por

vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

## **CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

## **CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE**

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

#### **CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO**

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

# **Anexo 9**



Universidade de Brasília – UnB  
Campus Darcy Ribeiro  
Instituto de Letras – IL  
Departamento de Linguística, português e línguas clássicas – LIP  
Disciplina: Estágio supervisionado 2 em PBSL – 147931

## Plano de Atividades

Este documento compreende o plano de atividades referente às 20 horas de regência de aula e, também, às 10 horas de planejamento de tarefas, complementares à regência, a serem cumpridas pela estagiária Karine Dourado Silva (matrícula 10/0109063), que, consoante o disposto na Lei 11.788/2008 e sob as orientações da professora Janaína de Aquino Ferraz, está realizando, neste semestre (2º/2013), Estágio supervisionado obrigatório 2 em Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), na disciplina *Leitura e produção de texto* (LPT – 140481) — turma R, reservada para indígenas —, ministrada pela professora Marcia Elenita França Niederauer no âmbito da graduação, na Universidade de Brasília (UnB). As atividades ocorrerão no período entre 02 / 10 / 2013 e 20 / 12 / 2013.

A partir do plano de curso da disciplina (LPT) e do diálogo entre a professora Marcia E. F. Niederauer e a estagiária Milena F. da Rocha, foi decidido que as aulas ministradas pela estagiária — totalizando 20h de regência — serão compostas de atividades de:

- leitura textual ativa, analítica e crítica, ou seja, reconhecimento da estrutura do texto, assim como de seus argumentos, e posterior avaliação da estratégia de elaboração do texto, considerando a eficácia e a propriedade de sua argumentação e construção;
- planejamento e produção de resumo, resenha e textos dissertativo-argumentativos, característicos da esfera acadêmica;
- auxílio com monitoria/atendimento individualizado do público-alvo: esclarecimento de dúvidas, indicação de bibliografia complementar etc.;
- aplicação de abordagem, métodos e técnicas adotadas na escola;
- aplicação de material didático selecionado/produzido;
- aplicação de instrumento de avaliação proposto em plano de aula ou diagnóstico do sistema de avaliação implementado na escola.

Ao lado disso, ainda em diálogo com a estagiária Karine Dourado Silva, a professora Marcia E. F. Niederauer apontou que as atividades que poderão ser desenvolvidas pela estagiária, paralelamente à regência — totalizando 10h de planejamento e produção — são:



- análise dos conteúdos pedagógicos previstos;
- elaboração de planos de aula, contendo planejamento de tarefas;
- seleção/produção de material didático específico;
- elaboração de exercícios com base nos textos estudados em sala;
- correção de produções textuais dos alunos.

---

Marcia Elenita França Niederauer

---

Karine Dourado Silva

# **Anexo 10**



## **EMENTA**

Observação das práticas de ensino de português como segunda língua. Diagnóstico. Competências e habilidades. Objetivos e materiais didáticos. Atividades de ensino e de aprendizagem. Planejamento de curso. Avaliação.

## **PROGRAMA**

### 1. Planejamento

#### 1.1. Orientações sobre procedimentos do estágio

#### 1.2. Definição das escolas para realização dos estágios: assinaturas de documentos

1.3. Elaboração de planos de atividades em cooperação com as escolas: de acordo com as abordagens de ensino adotadas na instituição acolhedora do estagiário e orientações em sala de aula.

### 2. Início das observações em ambiente escolar

#### 2.1 Reconhecimento de estruturas, abordagens, métodos e técnicas adotados

2.2 Seleção e elaboração de plano de aula, material didático e instrumento de avaliação para composição do PORTIFÓLIO

### 3. Diagnóstico: primeiras conclusões das observações da prática de ensino

#### 3.1 Apontamentos sobre o Público-alvo de Segunda Língua observado

#### 2.2 Parâmetros de Avaliação

2.3 Orientação para elaboração do PORTIFÓLIO com material de observação da prática pedagógica.

## **AVALIAÇÃO**

Oficina de elaboração de planos de aula e material didático em formato de mídias: 40%

Portifólio “material de observação da prática pedagógica”: 60%

## **Referências Bibliográficas**

Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB. O professor de línguas – construindo a profissão. Leffa, W. (org.) EDUCAT: pelotas, 2001.

FERRAZ, J.A. et al. *A importância da Sistematização do Trabalho com Textos Multimodais nas aulas de língua estrangeira*. (2008) Revista Intercâmbios dos Congressos de Humanidade. Disponível em: <http://www.onda.eti.br/revistaintercambio>

FERRAZ, J.A. A multimodalidade e a formação dos sentidos em português como segunda língua. In: *Olhares em Análise de Discurso Crítica*. Vieira: Brasília, 2008. disponível em: [www.cepadic.com](http://www.cepadic.com)

FERRAZ, J.A. Gêneros Multimodais: novos caminhos discursivos. In: Anais do VIII ENIL. Humanitas: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/indez.html>

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. Em: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A. C. (Orgs.) *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MASSETO, M. Didática, a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, Universidade Católica de Pelotas. Relendo a relação entre conhecimento enciclopédico e leitura. FONTANA N, M. ROSSEI, M. Universidade de Caxias do Sul. Vol 10 – número 1 – jan/jun 2007.

\_\_\_\_\_. Do aquário em direção ao mar aberto> mudanças no papel do professor e do aluno. Weininger. Universidade de Santa Catarina. Vol 10 – número 1 – jan/jun 2007.

\_\_\_\_\_. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? CELANI, M.A.A.C. Pontícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Vol 10 – número – jan/jun 2007.

\_\_\_\_\_. Maneiras Inovadoras de ensinar e aprender: a necessidade de dê(s)re)construção de conceitos. Bohn, H.I. Universidade Católica de Pelotas – Fundação Universidade Regional de Blumenau. Vol 10 – número 1 – jan/jun 2007.

SALLES, H.M.M FAULSTICH,E. CARVALHO, O.S. e RAMOS, A.A. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Educação para os Surdos, MEC: Brasília, 2004.

VIEIRA, J.A. FERRAZ, J.A. *Reflexões sobre a Língua Portuguesa: uma abordagem multimodal*. Vozes: Petrópolis, 2007.

### Sítios

[www.mec.org.br](http://www.mec.org.br)

<http://portuguessegundalinguaparasurdos.blogspot.com/>

[http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educacao Especial Inclusiva/Topicos Especiais/](http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educacao_Especial_Inclusiva/Topicos_Especiais/)

[www.rbep.inep.gov.br/indez.php/emaberto/article/view/946/851](http://www.rbep.inep.gov.br/indez.php/emaberto/article/view/946/851)

[www.filologia.org.br/.../completos%5Comunicacoes%5Caugustomarcos.pdf](http://www.filologia.org.br/.../completos%5Comunicacoes%5Caugustomarcos.pdf)

# **Anexo 11**

## LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS



Código – 140481

LIP – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

1º semestre de 2013 - Professora: Marcia Niederauer

### PLANO DE CURSO

**EMENTA:** Leitura ativa, analítica e crítica de textos. Planejamento e produção de resumos, resenhas críticas e textos dissertativos-argumentativos.

#### PROGRAMA:

##### **Unidade 1** - Recepção de textos

###### Leitura ativa

- a) levantamento de pistas que conduzem a tese do texto: títulos, introdução, conclusão;
- b) formulação de expectativas acerca do conteúdo do texto, a ser confirmadas ou refutadas.

###### Leitura analítica

- a) reconhecimento da estrutura do texto: introdução, desenvolvimento e conclusão;
- b) estruturação paragrafática, transição entre parágrafos;
- c) esquematização.

###### Leitura crítica

- a) reconhecimento dos argumentos;
- b) avaliação da estratégia de elaboração do texto, considerando a eficácia e a propriedade de sua argumentação e construção.

##### **Unidade 2** - Produção de textos

###### Planejamento e produção de resumos

- a) funções e características de resumo na produção acadêmica;
- b) planejamento e produção de resumo.

###### Planejamento e produção de resenhas

- a) função e características das resenhas na produção acadêmica;
- b) elaboração do resumo;
- c) planejamento e produção da resenha.

Planejamento e produção de textos dissertativo-argumentativos

- a) funções e características dos textos dissertativos e argumentativos;
- b) planejamento, produção e revisão.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ABREU, Antônio Suárez. **Curso de redação**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 12-30 / p. 56-59.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

MACHADO, Anna Rachel. Revisitando o conceito de resumos. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003. p. 138-150.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane G.; ABREU-TARDELLI, Lilia S. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_ **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NIEDERAUER, Marcia. Notas sobre estilo. No prelo.

POSSENTI, Sírio. **Mal comportadas línguas**. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2002.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Tradução e adaptação Clarisse Madureira Sabóia *et. al.* 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

#### **AVALIAÇÕES:**

As avaliações serão feitas por meio da produção de textos (alguns em sala de aula e outros não) de vários gêneros e com diferentes propósitos, a partir dos quais serão avaliadas também a compreensão e a interpretação de textos. Os alunos poderão reescrever duas vezes cada texto corrigido e entregá-lo (impreterivelmente na aula subsequente) à professora para uma nova avaliação, devendo anexar a ele as versões anteriores. Os critérios de avaliação serão discutidos

em sala de aula antes da produção textual. Os textos somente serão recebidos nas datas estabelecidas.